

**EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.757 - SP (2019/0114416-3)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**EMBARGANTE : J C DA A**  
**ADVOGADO : MAURÍCIO WAKUKAWA JÚNIOR - SP183918**  
**EMBARGADO : J DE A L**  
**ADVOGADOS : PAULO CÉSAR MAIA PORTO - PE012726**  
**JOSIMAR DE ASSIS LIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP255635**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO PENAL PRIVADA. PEREMPÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA NORMA TIDA POR VIOLADA. OMISSÃO. INEXISTENTE. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. O Tribunal de origem não se manifestou sobre o conteúdo normativo do art. 60, II, do Código de Processo Penal, que a parte embargante considerou contrariado no recurso especial interposto nos autos.
2. A ausência de prequestionamento da matéria recorrida constitui fator que inviabiliza o conhecimento do recurso especial, conforme orientação definida pelo enunciado da Súmula n. 356/STF.
3. Inexistindo no acórdão embargado quaisquer dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, que permitem o manejo dos aclaratórios, não há como estes serem acolhidos.
4. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**